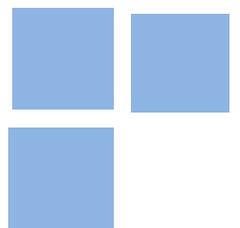


As Causas da Desindustrialização: uma discussão conceitual

ALEXANDRE RICARDO DE ARAGÃO BATISTA

GUILHERME GRANDI



The Causes of Deindustrialization: a conceptual discussion

Alexandre Ricardo de Aragão Batista (alexandre.ricardo.batista@usp.br)

Guilherme Grandi (ggrandi@usp.br)

Research Group: Hermes & Clio – Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica
(<https://sites.usp.br/hermeseclio/>)

Abstract:

The paper presents the conceptual variety around the term deindustrialization. Then, based on the literature and the debate raised, it presents its causes which, in this article, include the real exchange rate, trade liberalization, the impact of Chinese trade, the services sector, labor productivity, investments, effective demand, taxes, and some extra-economic impacts. In addition to exposing our critical view on the subject, we observe that there is great heterogeneity in the concept of deindustrialization and its causes, which does not lead the debate to a consensus.

Keywords: Deindustrialization, Industry, Dutch Disease.

JEL Codes: F10, L60, O14.

As Causas da Desindustrialização: uma discussão Conceitual

Resumo:

Este trabalho apresenta a variedade conceitual em torno do termo desindustrialização. Em seguida, fundamentado na literatura e no debate suscitado, apresentamos suas causas que, neste artigo, englobam o câmbio real, a abertura comercial, o impacto do comércio chinês, o setor de serviços, a produtividade do trabalho, os investimentos, a demanda efetiva, os impostos e alguns impactos de ordem extraeconômica. Além de expor nossa visão crítica acerca da temática, observamos que em virtude da grande heterogeneidade do conceito de desindustrialização e suas causas, o debate está longe de ser consensual.

Palavras-Chave: Desindustrialização, Indústria, Doença Holandesa.

1. Introdução

O debate sobre a desindustrialização tem recebido atualmente atenção especial da sociedade. Blackaby (1981) observa que o conceito representa um novo rótulo para um velho problema. Isto significa que a diminuição do emprego e da perda de valor adicionado pela indústria não seria um fenômeno pontual de uma determinada época, mas algo já observado antes mesmo do século XX. De fato, para Marx (1890/2013), o conflito entre capital e trabalho se travava desde o século XVII e que, nos idos de 1758, a primeira máquina de tosquiar fora queimada por 100 mil operários, por diminuir os postos de trabalho. Já Landes (2005) nota que até a Revolução Industrial do século XVIII muitas restrições foram impostas à indústria e ao comércio, tanto pelo governo como pelas guildas. Via de regra, a adoção de novas tecnologias era avaliada com a preocupação do impacto que poderiam causar sobre a economia local.

Conforme os estudos de Kamitake (1990), a perda de participação no mercado mundial do ramo manufatureiro, por parte da Grã-Bretanha, ocorria desde o final do século XIX, mas foi somente a partir da década de 1970 que essa questão passou a ser mais discutida com o uso do termo “desindustrialização”. Surgiu nesse contexto uma série de debates com grandes repercussões no ambiente acadêmico e junto à opinião pública. A partir daí, o repertório literário passou a ganhar volume com uma vasta produção no Reino Unido, além de África do Sul, Brasil e Estados Unidos.

Essa literatura apresenta definições conceituais tanto acerca da desindustrialização, como de suas causas e é em virtude dessa diversidade que o presente artigo propõe fazer um balanço a respeito da temática. Nossa intenção é, além de expor sucintamente os principais conceitos de desindustrialização e suas causas, mostrar as dificuldades inerentes e de adequação destes termos frente às heterogeneidades econômicas encontradas. Destacamos que, neste estudo, consideramos indústria, manufatura e setor secundário como sinônimos.

Nosso objetivo, portanto, é o de apresentar algumas perspectivas de autores especializados na temática que buscam definir o conceito de desindustrialização. Em seguida, levanta-se as principais causas encontradas na literatura e no debate suscitado. Como as causas são diversas, selecionamos as que julgamos principais: câmbio real, abertura comercial, impacto da China como parceiro comercial, setor de serviços, produtividade do trabalho, investimento industrial, demanda efetiva, impostos, além de outros impactos considerados como extraeconômicos. Finaliza-se com algumas reflexões que podem estimular a investigação ou provocar, de alguma maneira, discussões mais aprofundadas acerca da temática abordada.

2. O conceito de desindustrialização

Ao se buscar definir um conceito, delimita-se também o percurso e o caráter dos possíveis resultados de um estudo. É por esta razão que encontramos análises na literatura que, para um mesmo conjunto de dados e intervalo de tempo, apresentam conclusões diferentes.

Kamitake (1990) relata que em 1975, no Reino Unido, Denis Healey, então chanceler do tesouro, ao se referir à queda da participação britânica nas exportações de manufaturados no mundo, foi um dos primeiros a usar o termo, registrado nas discussões da Câmara dos Comuns. O problema levantado ensejou os primeiros debates de grande expressão tais como o promovido pelo *National Institute of Economic and Research* (NIESR) em 1978, no qual já se notava a dificuldade em fixar uma definição precisa para o fenômeno.

Cairncross (1979, p. 10) pontua que a desindustrialização consiste em uma incapacidade progressiva de alcançar um excedente suficiente de exportações sobre as importações de manufaturados para manter a economia em equilíbrio externo. Em seguida, Kaldor complementa tal ideia ao afirmar que se trata de uma situação na qual

[...] há um declínio contínuo na participação mundial de um país no comércio de manufaturas e/ou um aumento contínuo da participação das manufaturas importadas na despesa doméstica que, em consequência, torna-se progressivamente mais difícil conseguir um excedente suficiente de exportações sobre as importações de manufaturados para manter o equilíbrio da balança externa na economia (KALDOR, 1979, p.18, tradução livre).

Tempos depois, dois importantes trabalhos surgiram e se destacaram como pontos de inflexão a respeito da definição conceitual de desindustrialização. O primeiro é o de Rowthorn e Wells (1987), com argumentos reforçados por Rowthorn e Ramaswamy (1997). Para os autores, a desindustrialização denotaria uma queda da participação da indústria em relação ao emprego total da economia. Rowthorn e Wells (1987) observam que, no processo de desenvolvimento de um país, a participação da indústria no emprego se eleva até um determinado ponto e, em seguida, passa a se reduzir. Também, dois fatos importantes devem ser sempre levados em consideração pelos estudiosos do tema. O primeiro, é que a análise deveria ser feita em termos relativos e não absolutos. Ou seja, uma queda da participação do emprego na indústria não significa necessariamente que houve uma diminuição de emprego no setor. Segundo, que a abordagem acerca da desindustrialização exige uma perspectiva de longo prazo, pois as flutuações de curto prazo, sobretudo em contextos recessivos, seriam fatos momentâneos que poderiam ou não exceder a tendência da desindustrialização da economia.

O segundo ponto de inflexão encontra-se em Tregenna (2009). Esta pesquisadora leva em consideração a participação do valor adicionado sobre o valor adicionado total da economia, o Produto Interno Bruto (PIB). Tal abordagem, no entanto, já havia sido explorada, em alguma medida, nos debates do NIESR na década de 1970 e também por Rowthorn e Wells (1987). Mas, a autora ressalva que a desindustrialização como uma queda da participação do emprego industrial em relação ao emprego total se mostra uma definição muito limitada. Seria necessário levar em conta a perspectiva kaldoriana, a qual a indústria tem a capacidade de “puxar” a economia e isto traria implicações de crescimento no longo prazo. Desta forma, deve-se considerar em conjunto a

participação relativa persistente, ao longo do tempo e também da indústria em termos de PIB e do emprego total. Ademais, observa-se que o setor industrial é composto por várias atividades diferentes, então existiria certa heterogeneidade setorial que pode dificultar generalizações teóricas sobre o significado da desindustrialização.

Ao se levar em conta o valor adicionado sobre o PIB, encontramos outro problema que Soares et al. (2013) destacam. A métrica de participação da indústria no PIB deveria ser a preços correntes e não a preços constantes, ou seja, as distorções inflacionárias deveriam ser consideradas do ponto de vista metodológico.

Com efeito, conforme ressaltam Rowthorn e Ramaswamy (1997), uma das fontes de desindustrialização é precisamente a redução dos preços relativos da indústria com respeito aos preços dos demais bens e serviços produzidos na economia. Dessa forma, o cálculo da participação do VA da indústria no PIB a preços constantes, em vez de preços correntes, elimina a priori uma das fontes mais importantes do processo de desindustrialização (SOARES et al., 2013, p. 111).

De maneira diametralmente oposta, Bonelli et al. (2013, p. 69) afirmam que a “[...] forma mais correta de avaliar a existência de desindustrialização é pela medição de preços constantes”. O próprio Rowthorn, juntamente com Wells (1987), chega a utilizar preços constantes em algumas avaliações e, na dúvida, alguns autores fazem como Morceiro (2018) que, ao avaliar a desindustrialização brasileira, usou a medição com ambos os indicadores.

Rodrik (2016), por sua vez, detalha que uma economia se desindustrializa prematuramente quando sua manufatura não se desenvolve de maneira suficiente e apropriada. Para ilustrar, este seria o caso de muitos países africanos e latino-americanos que, antes de alcançarem um nível de renda próximo ao dos países desenvolvidos, suas indústrias iniciaram um processo de diminuição da participação relativa em relação ao produto total. Para o autor, a participação industrial dependeria da renda e o gráfico de sua função formaria um “U invertido”. Isto ocorre, pois, à medida que a renda cresce, a população vai adquirindo os bens e, ao chegar em um determinado nível, a demanda acaba se voltando mais aos serviços em termos relativos. No caso dos países prematuramente desindustrializados, a renda não atinge esse mesmo ponto ótimo dos países desenvolvidos, caracterizando dessa forma uma desindustrialização prematura.

Outras concepções encontradas na literatura são as chamadas desindustrialização “positiva” e “negativa” (também citada como “pejorativa”), que foram abordadas inicialmente por Rowthorn e Wells (1987) e, posteriormente ganhou atenção no cenário brasileiro com Oreiro e Feijó (2010) e Cano (2012). Podemos resumir seus aspectos da seguinte maneira:

1) desindustrialização “positiva”: redução do emprego industrial na forma absoluta ou relativa à economia (ROWTHORN; WELLS, 1987), como também sua participação no valor adicionado (OREIRO; FEIJÓ, 2010). No entanto, esta situação não leva ao desemprego, pois novas oportunidades são criadas no setor de serviços de modo a absorver a mão de obra proveniente da

manufatura. Ela pode também ser decorrente da transferência para o exterior das atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho e/ou com menor valor adicionado. Isto é, refere-se à ocorrência de um aumento produtivo devido à melhoria tecnológica, sendo um sintoma de sucesso econômico (ROWTHORN; WELLS, 1987; OREIRO; FEIJÓ, 2010);

2) desindustrialização “negativa” ou “pejorativa”: neste caso, trata-se de um fenômeno que pode afetar uma economia em qualquer estágio de desenvolvimento. Devido a uma série de circunstâncias, ou a um desempenho débil da manufatura, há a ocorrência de desemprego industrial tendo em vista que essa mão de obra não é reabsorvida pelo setor de serviços (ROWTHORN; WELLS, 1987). Não há melhorias tecnológicas industriais e nem transferências de atividades intensivas em mão de obra para o exterior. Porém, podem surgir agravantes de retorno à exportação de bens primários, inclusive, em decorrência de questões macroeconômicas associadas, tais como a apreciação demasiada do câmbio real (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Como se pode observar, existe ampla conceituação relativa ao termo desindustrialização. Diante dessa mencionada diversidade, alguns autores tentaram organizar tais definições por meio de uma melhor sistematização. É o caso de Morceiro (2012; 2018), Vergnhanini (2013) e Maia (2020). Conforme este último autor, a desindustrialização traria elementos comuns que poderiam ser segmentados em uma abordagem pautada em:

- a) análise intersetorial, denominada também abordagem tradicional ou clássica;
- b) análise comparativa do desenvolvimento entre países (como a noção de desindustrialização prematura desenvolvida por Rodrik);
- c) análise da balança comercial de manufaturas (visão de Cambridge) e;
- d) análise intrasetorial, por meio da mudança estrutural no interior da indústria de transformação.

3. As principais causas da desindustrialização

Com relação às causas da desindustrialização, existem também vários enfoques. Neste trabalho dá-se atenção ao que temos observado na literatura contemporânea, que é o impacto na indústria por conta do avanço do setor de serviços, da abertura comercial, da carga tributária via impostos, dos investimentos, do câmbio real, da participação da China no comércio internacional e dos incrementos de produtividade da indústria.

3.1. Câmbio real

Para Tregenna (2015), a taxa de câmbio sobrevalorizada diminui as exportações de bens manufaturados e não manufaturados. Isto faz com que, conforme Rowthorn e Ramaswamy (1997), um país reduza seus postos de trabalho na indústria. Desta feita, é possível que o setor de serviços não seja capaz de absorver um aumento repentino da oferta de mão de obra, o que levaria

a um desemprego mais alto e à queda nos padrões de vida. Maia (2020) observa também que o impacto do câmbio não é imediato, uma vez que sua taxa é bastante volátil e a estrutura produtiva é rígida no curto prazo. Desta forma, há uma histerese que marca essa relação. A consequência é que, se a tendência ou sinalização de sobreapreciação da moeda permanecer por um longo período, o empresariado deixa de investir na produção local e os produtos importados ganham maior participação no mercado doméstico.

Outra observação importante é a relação de uma região com o resto do mundo, isto é, quando se leva em conta seu atraso relativo em termos de desenvolvimento econômico. Um estudo nesse sentido é o de Frenkel e Rapetti (2012), que avalia os influxos de capitais entre os anos de 1990 e 2010 na América Latina. Segundo os autores, tais influxos apreciariam a taxa de câmbio real que, por consequência, levariam a uma contração no produto e no emprego das atividades relacionadas aos *tradeables goods*. Também, haveria uma deterioração nos termos de troca destes produtos na região, o que reduziria os lucros. Além de trazer tais efeitos, com impactos no longo prazo, poderia ocorrer também a chamada “doença holandesa”.

Esse conceito apareceu pela primeira vez na revista *The Economist*, em 1977. De acordo com o periódico, as descobertas de gás na Holanda, em 1959, com o incentivo do governo para sua exploração, fizeram com que houvesse um grande influxo de capitais, o que apreciou o Florim, a moeda holandesa à época. Observava-se que, à medida que o Florim se valorizava, o país aparentava ser uma economia robusta aos olhos do exterior, contudo, o emprego industrial decaía, tornando-se mais evidente tal movimento a partir da década de 1970. Para Bresser-Pereira e Marconi (2008, p. 7):

A doença holandesa é um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui e, segundo os mecanismos de mercado, podem levá-lo a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, o que inibiria o processo de desenvolvimento econômico.

A discussão acerca dessa fonte de desindustrialização é bastante ampla e controversa. Há uma vertente interpretativa que defende tal tese e há outra que discorda, além daqueles autores que não chegam a uma posição conclusiva a respeito. Para ilustrar, Sonaglio (2013) e Oreiro et al (2020) não tiveram dúvidas acerca do impacto do câmbio no processo recente de desindustrialização da economia brasileira; já Nassif (2008) e Bampi (2018) não confirmam a ocorrência da doença holandesa no Brasil. Finalmente, Veríssimo e Xavier (2014) e Carvalho (2018) expuseram o caráter ambíguo dos impactos do câmbio, cujas magnitudes dependeriam dos tipos de atividades finais.

3.2. Abertura comercial

Muito comum como determinante da desindustrialização é a abertura comercial – impactos do comércio exterior (MORCEIRO, 2012), globalização ou liberalização, como alguns autores ponderam. De acordo com Squeff (2012), parte da literatura indica que tais políticas de liberalização e desregulamentação financeira contribuíram para que o setor industrial de alguns países se reduzisse.

Vu et al. (2020) avaliam que, com respeito aos países desenvolvidos, o comércio Norte-Sul foi alimentado por duas forças básicas que causaram a desindustrialização. A primeira são as multinacionais dos países desenvolvidos que buscaram uma reestruturação baseada na diminuição dos custos de mão de obra para se manterem competitivas. A segunda, refere-se ao fato dos países em desenvolvimento terem atraído multinacionais com o intento de fornecer mão de obra mais barata, visando incorporar novas tecnologias. Os autores sinalizam que não há consenso na literatura acerca dos impactos desse tipo de relação, mas observa-se um substancial declínio do emprego manufatureiro nas indústrias cuja mão de obra é menos especializada.

Já no comércio entre países desenvolvidos industrialmente, Iversen e Cusack (2000), ao realizar uma análise empírica com alguns participantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) entre 1960 e 1993, não verificaram uma causalidade da abertura de comércio com respeito à desindustrialização. Para os autores, ainda que um comércio deficitário com outros países industrializados ocorresse, o efeito seria muito pequeno.

Na visão de Tregenna (2015), a liberalização do comércio atinge mais os produtos *tradables* do que os não-*tradables*. Além disso, os primeiros são recorrentemente afetados de maneira desigual. Por exemplo, uma liberalização tarifária rápida não permitiria que determinada indústria manufatureira tivesse tempo o suficiente para se reestruturar. Ademais, quando o comércio ocorre entre países em desenvolvimento, pode surgir uma situação ainda mais complexa, pois alguns são exportadores líquidos de manufatura ao passo que outros são importadores líquidos. Teriam vantagem aqueles países nos quais os custos por unidade de trabalho fossem mais baixos como, por exemplo, a competição com que muitos países se deparam frente aos produtos têxteis asiáticos. Dasgupta e Singh (2006) observam que o impacto da abertura traz como uma das principais consequências para os países de baixa e baixa-média rendas pioras nas perspectivas de longo prazo para a criação de setores modernos de manufaturados ou serviços.

A situação do Brasil ilustra bem o caso acima descrito. Kupfer (2005) menciona que os efeitos da liberalização e desregulamentação ocorridas nos anos 1990 motivaram uma maior eficiência por parte da indústria que, além de evidenciar a inferioridade (em termos tecnológicos e de competitividade) das empresas nacionais frente às multinacionais, elevou a produtividade industrial com menor geração do emprego manufatureiro. O autor também destaca a tendência à especialização regressiva do comércio. Isto é, de um lado, houve uma rápida evolução do

coeficiente de importação dos produtos com maior conteúdo tecnológico e elasticidade-renda como, por exemplo, os materiais elétricos e eletrônicos; por outro lado, houve um aumento do coeficiente de exportação de produtos com menor elasticidade-renda, como calçados, couros, açúcar e mobiliário, ainda que veículos automotores e peças também tenham apresentado incrementos do coeficiente de exportação.

3.3. O “efeito China”

A China abriu os seus mercados em 1978, mas passou a se destacar no âmbito comercial e industrial na virada dos anos 1980 para os 90. O desempenho produtivo manufatureiro chinês se elevou de forma tão extraordinária a ponto do país se tornar um dos maiores *players* internacionais da atualidade. Em princípio, a economia chinesa competia com as economias dos países emergentes, com produtos intensivos em trabalho e, posteriormente, passou a ofertar mercadorias de alta tecnologia, o que transformou o país em um concorrente dos países de industrialização mais avançada. A hipótese levantada é a de que tal competição impactaria domesticamente nos países e causaria a desindustrialização. Esta ascensão é definida pela literatura por “efeito china” ou “chinalização industrial” (SARTI; HIRATUKA, 2018).

Velloso (1990) nota que a China criou fortes conexões com as maiores economias asiáticas. Ademais, iniciou-se um processo de competição global com uma integração rápida e crescente, principalmente com Hong-Kong e Taiwan. O país apresentava, no alvorecer dos anos 1990, um “[...] *novo, natural, mercado comum; o mundo chinês*” (VELLOSO, 1990, p. 28). Para fins de comparação, Sarti e Laplane (2003) destacam que a China, assim como outras economias emergentes, recebeu um volume significativo de investimento direto estrangeiro, mas, ao contrário do Brasil, essas inversões foram destinadas à construção de novos ativos. Embora contassem com grande mercado interno, as empresas multinacionais entravam com o intuito de produzir para exportação.

Pela análise de Vu et al. (2020), entre 1990 e 2015, a participação dos produtos chineses no total das importações dos países desenvolvidos, como Reino Unido, Alemanha, Canadá, Estados Unidos e Japão, subiu para além de 10%. Devido à relação comercial deficitária e à grande população, os autores avaliam que os Estados Unidos foram dos países mais impactados com perdas de postos de trabalhos (principalmente na indústria), o que fez aumentar a tensão entre os dois países.

Tregenna (2015) observa que, devido ao poder manufatureiro da China o qual combina baixos custos de mão de obra e rápido incremento de sofisticação tecnológica, os países de baixa renda, sobretudo os subsaarianos, têm enfrentado desafios ainda maiores. Alguns desses países estão até mesmo em uma “desindustrialização pré-industrialização”, com manufaturas estagnadas ou com participação precária na economia. O grande problema é que, embora os

salários sejam até mais baixos do que os da China, a infraestrutura é precária e a produtividade do trabalho também é muito reduzida, o que os levam a perder competitividade com o país asiático.

O comércio chinês com países de renda média também traz impactos à indústria doméstica desses parceiros comerciais. Por exemplo, Salama (2012) avalia que entre 2006 e 2010 o Brasil triplicou as negociações com o país asiático, mas, ainda que tais relações tenham se tornado mais estreitas, as trocas seguem sendo assimétricas. A China exporta, principalmente, manufaturados para o Brasil e suas compras se pautam fortemente em *commodities* agrícolas e minerais. Nessa mesma direção, Silva e Lourenço (2015, p. 14) ponderam que a ascensão da indústria chinesa explica, em parte, a desindustrialização brasileira:

Primeiro, pela necessidade de matérias-primas, o crescimento da indústria chinesa aumenta as exportações de *commodities* do Brasil; segundo, a apreciação da moeda brasileira e a depreciação da moeda chinesa, combinadas com a alta competitividade da indústria chinesa e a baixa competitividade da indústria brasileira, geram um processo de substituição da produção doméstica; terceiro, essa combinação não substitui apenas a demanda doméstica, mas também a demanda externa, ou seja, parte da redução das exportações brasileiras de manufaturados foi provocada pela alta competitividade da indústria chinesa também no mercado externo.

Diante desses fatores, criou-se uma dependência econômica que tem limitado o raio de ação do governo brasileiro em termos de política industrial. Ao resumir estas breves considerações acerca dos impactos da ascensão industrial chinesa, podemos nos valer da análise de Hiratuka e Sarti (2017), a qual indica que, por conta dos desdobramentos dos investimentos manufatureiros na China, seu nível de desenvolvimento se reflete em suas escalas de produção e consumo. O país não apenas é um grande produtor industrial, mas também um grande importador de matérias-primas, bens de capital, produtos minerais e de energia. Dentre as consequências dessa nova posição no comércio internacional, a China lidera um conjunto de outros produtores asiáticos, o que acaba por elevar a demanda por *commodities* e insumos básicos no mercado mundial, mas traz também uma enorme competição por conta do barateamento dos produtos manufaturados.

3.4. Setor de serviços

Há várias interpretações a respeito do protagonismo dos serviços e seus impactos nos processos de desindustrialização das economias ao redor do mundo. Algumas vertentes da literatura associam o seu avanço a uma consequência, ou uma etapa posterior à industrialização. Outras consideram como um desenvolvimento autônomo que acaba por concorrer com a indústria em termos de recursos. Há também o argumento de que serviços são atividades complementares à manufatura e, por fim, não se pode deixar de considerar os processos de terceirização e reajustamentos estatísticos (separação da fábrica com foco em sua atividade-fim), quando se estuda o fenômeno da desindustrialização.

Na hipótese de migração de mão de obra, podemos destacar a análise de Spilimbergo (1998). O autor avaliou que o setor de serviços possui uma demanda mais inelástica em relação aos preços do que a manufatura. Esta, por sua vez, possui um progresso tecnológico maior em comparação aos serviços, além de sua produtividade também ser mais acentuada. Devido a estas características, ao longo do tempo a manufatura acaba por liberar mão de obra e recursos para o consumo de serviços, levando assim à desindustrialização.

Dasgupta e Singh (2007) observam que à medida que a renda *per capita* se eleva, a partir de um certo ponto a elasticidade-renda da demanda por serviços se torna maior do que o da manufatura. Desta maneira, consideraram a existência de padrões históricos nos quais observa-se uma mudança estrutural do setor industrial para o de serviços. No entanto, tais padrões foram rompidos, e isto, provavelmente, seria decorrente da adoção de novas tecnologias, tais como as de comunicação e informação. Isto levou o setor de serviços, particularmente os relacionados às finanças, a substituir ou complementar a manufatura, sobretudo em países emergentes.

Segundo Guile (1988), nos Estados Unidos, o aumento da importância dos serviços é frequentemente associado a um movimento de desindustrialização da sua economia. Contudo, bens e serviços seriam largamente interdependente e, por consequência, atividades tais como as financeiras, as de comunicações, saúde e educação, estão cada vez mais integradas a cadeias produtivas industriais. O autor avalia que a tendência de sofisticação e desenvolvimento das atividades do setor terciário vem mudando a competitividade global, incluindo a indústria.

De qualquer forma, à medida que o processo de desindustrialização ocorre, há uma migração de trabalhadores para o setor de serviços (ROWTHORN; WELLS, 1987; RODRIK, 2016). Tal visão carece de maiores explicações e também se deve considerar que os serviços poderiam se desenvolver de maneira autônoma, com seus próprios meios tecnológico (ROWTHORN; WELLS, 1987), sem muita interface com o setor secundário. Ainda nesta direção de pensamento, Kon (2015) alerta que é muito comum associar serviços a um novo estágio “pós-industrial”, ou como atividades simplesmente complementares à indústria. Acontece que, no processo de urbanização, por exemplo, nem sempre ocorreu do homem do campo ir diretamente para ser empregado na manufatura, mas sim, estacionar no setor terciário. Ou seja, para a autora:

[...] é uma interpretação errônea considerar que os serviços crescem apenas às expensas das atividades manufatureiras, e que o desenvolvimento das atividades de serviços seja visualizado como um novo estágio do crescimento econômico. No primeiro caso, o desenvolvimento da circulação, distribuição e regulação das atividades reflete a necessidade das firmas dedicarem montantes crescentes de recursos aos serviços a fim de aumentar sua produtividade e sua capacidade de inovação. No segundo caso, o desenvolvimento das atividades de serviços reflete apenas uma evolução constante dos sistemas produtivos, e a terciarização não é um fenômeno separado, ainda que seja relacionada à desindustrialização (KON *apud* Baily e Maillat, 2015, p. 551).

Atualmente, prossegue a autora, existe uma tendência das empresas se dedicarem mais às atividades fins e deixarem as atividades secundárias e de apoio para outras empresas. Podemos

ilustrar isso com a separação da indústria em relação aos seus departamentos de transporte e logística. Mas, a ideia principal de que esse fato pode impactar na desindustrialização está sintetizada em Rowthorn e Coutts (2004), quando comentam acerca da especialização. Para os autores, a situação descrita acima representaria uma reclassificação estatística. Dado que a produção incorpora alguns serviços como insumo, o emprego industrial aparece como maior do que deveria, ou seja, superdimensionado.

Destacamos, por fim, que a questão da terceirização. Segundo Kon (2015) é quando ocorre a transferência de atividades de uma empresa para outra (ou de trabalhadores) e, tais tarefas, podem ser parte das etapas produtivas ou serviços de apoio. Há assim uma reestruturação ocupacional em virtude da destruição de postos de trabalho na empresa anterior, mas, ao mesmo tempo, podem ser criadas contratações decorrentes dos produtos ou serviços específicos das firmas terceirizadas. Esse movimento de reestruturação se fez sentir, com maior intensidade, a partir do início dos anos 1990 e 2000, coincidindo com a crise financeira de 2008 e trazendo à tona sua interdependência com o processo de desindustrialização em escala global.

3.5. Produtividade do trabalho

Uma das variáveis mais destacadas como fonte de desindustrialização é a produtividade da mão de obra. Conforme Kollmeyer (2009), a premissa básica é a de que o crescimento da produtividade, definido como um aumento gradual da produção de bens ou serviços por trabalhador, afeta inversamente a demanda por mão de obra. Isto ocorre porque as firmas altamente produtivas, por meio de estratégias logísticas e tecnológicas poupadoras de mão de obra, podem manter seus níveis de produção anuais com uma quantidade cada vez menor de trabalhadores. Assim, se um setor ultrapassar consistentemente outros setores no crescimento da produtividade, e se o padrão da demanda entre esses setores permanecer constante, então o crescimento do emprego deve se contrair no setor dinâmico, onde a demanda por mão de obra está encolhendo, e se expandir nos setores menos dinâmicos, onde a demanda por mão de obra continua elevada. Ressalta-se que, como a produção de bens geralmente envolve processos padronizados e repetitivos, a indústria pode aumentar a produtividade de sua mão de obra com o uso da automação, mecanização e de outras tecnologias que economizam o fator trabalho.

Rowthorn e Wells (1987) indicam que o típico caso de desindustrialização “positiva” decorre de um rápido aumento da produtividade do setor manufatureiro, que conduz à transferência dos empregos deste setor para o de serviços, sem gerar desemprego na economia. No caso “negativo”, a produtividade industrial aumentaria e não haveria estoque de emprego para os trabalhadores em quaisquer outros setores econômicos.

Já de acordo com a perspectiva kaldoriana, dá-se importância ao aspecto endógeno da produtividade, que se elevaria por conta do crescimento do país, ou região, estimulando um ritmo

produtivo mais acelerado e eficiente. A tradição que advém de Kaldor se vale de três leis, conforme destaca Tregenna (2009):

1) quanto mais rápida é a taxa de crescimento da manufatura, mais rápido é o crescimento da economia como um todo;

2) segundo a Lei de Verdoorn, a taxa de crescimento da produtividade do trabalho na manufatura é endógena à taxa de crescimento do produto da manufatura;

3) o crescimento da produtividade é positivamente relacionado com o crescimento do produto da manufatura e com o emprego de modo geral, mas é negativamente relacionado com o emprego nas atividades não manufatureiras.

Ademais, segundo Nassif et al. (2013), as principais fontes do comportamento da produtividade agregada têm origem na indústria que, em comparação aos setores primário e terciário, opera com significativas economias estáticas e dinâmicas. Isto acarreta um forte espraiamento dos ganhos de produtividade em escala considerável por toda a economia. Já Morceiro (2012, p. 57-58) resume a questão ao afirmar que:

A produtividade é medida pela razão entre o produto e a quantidade de insumos necessários para a sua elaboração. Aumentos na produtividade podem ocorrer por diferentes causas, principalmente por economias de escalas estáticas e dinâmicas, aumento do capital por trabalhador (mecanização), melhoria na gestão, introdução de inovações tecnológicas nos bens de capital e nos insumos, e aumento da qualificação da força de trabalho. Todos esses modos são mais presentes na manufatura e, de forma considerável, na agropecuária, do que no setor de serviços [...]. Portanto, os ganhos de produtividade causam desindustrialização pelo lado do emprego, quando se liberam trabalhadores para outros agregados econômicos, e pelo lado do produto medido em moeda corrente, quando os ganhos de produtividade, ao diminuírem os custos, são parcialmente repassados para os preços (menores) dos produtos.

Há também a percepção de um impacto da produtividade na criação do emprego manufatureiro, isto é, a produtividade pode aumentar o emprego na manufatura, como observa Nordhaus (2005). Neste caso, o autor estudou a indústria norte-americana entre 1948 e 2003 e seus resultados indicam que a produtividade mais alta levou a preços mais baixos, expandiu a demanda e aumentou o emprego. Isto seria decorrente da concorrência internacional que forçaria os preços dos manufaturados para baixo, estimulando assim esse tipo de demanda.

3.6. Investimento industrial

Investimentos são recursos direcionados para o acúmulo de capital, tal como maquinário ou infraestrutura que beneficie diretamente a manufatura. A hipótese é a de que quanto menor a acumulação de capital, quanto menor o investimento, maior é a probabilidade de desindustrialização. Rowthorn e Coutts (2004) e Squeff (2012) observam que, quanto maior a taxa de investimento, maior a participação de bens na demanda total, a qual aumenta a participação da manufatura na produção e no emprego. Lall (1992), por sua vez, observa que se

uma empresa for incapaz de decidir por si mesma seus planos de investimento ou seleção de equipamentos, bem como sua manutenção, diminuição de custos e outros controles nesse sentido, então é improvável que ela seja capaz de competir em mercados abertos. O investimento físico seria uma capacidade básica, na qual a fábrica e os equipamentos são claramente necessários para a existência da indústria. Contudo, há de se considerar o seu uso de forma eficiente. Cano (2012, p. 834) reforça tal linha argumentativa da seguintes maneira:

Uma indústria que não investe envelhece, torna-se, em parte, obsoleta, não cresce, tem dificuldades enormes de assimilar progresso técnico no dia a dia. Enfim, perde produtividade, novas oportunidades e competitividade, passando a ser forte entrave ao desenvolvimento econômico do país.

Na visão de Morceiro (2012), taxas maiores de investimento impactam diretamente e positivamente na participação da manufatura no valor adicionado e no emprego total. O pesquisador observa que nas fases iniciais do desenvolvimento da indústria, as taxas de investimento são bastante superiores à da fase de maturidade industrial (pós-industrial). Carvalho (2018) chama a atenção para a importância do papel do governo frente aos investimentos. Quando se realiza inversões em infraestrutura pública, por exemplo, há uma indução elevada relacionada ao chamado efeito multiplicador. Este, dinamiza o mercado interno e incentiva as empresas privadas e, assim, de modo sincronizado, investimentos públicos e privados atuam complementarmente e no sentido inverso ao da desindustrialização.

3.7. Demanda efetiva

A teoria econômica consolidada ao longo do tempo teve, conforme Souza (1993), suas bases em Malthus que contestou o crescimento econômico via “lei de Say” e foi aperfeiçoada por Kalecki e Keynes, segundo os quais os níveis de produto e emprego dependeriam da demanda agregada efetiva. Keynes (1973/1996) dizia que, em tempos de crise, o governo deveria adotar medidas expansionistas de política fiscal, isto é, aumentar os gastos públicos para estimular a demanda agregada. Como consequência, geraria-se mais emprego, expandiria-se o consumo e este, por sua vez, induziria as empresas a contratar mais. O círculo virtuoso continuaria a funcionar até o momento em que se atingisse o pleno emprego.

O princípio da demanda efetiva tem relação com o pensamento marxista, vinculado ao problema da realização da produção e sua relação com as crises econômicas capitalistas. A esse respeito, Miglioli (1981, p. 5) pontua que:

As crises estão intimamente relacionadas com a realização da produção, a tal ponto que uma corrente do pensamento marxista as interpreta como sendo fundamentalmente crises de realização, isto é, momentos em que uma parte da produção criada ou potencial não encontra mercados, não pode ser vendida, gerando as conhecidas mazelas das crises econômicas: queda do nível da atividade, aumento do desemprego, etc.

Para Loures et al. (2006), há uma questão de causa e efeito, segundo a qual o nível de produção depende da demanda efetiva pelos bens produzidos. Esta demanda efetiva pode se originar do consumo doméstico e/ou das exportações. O consumo doméstico está correlacionado à massa de salários que, por sua vez, está sujeita ao desempenho da própria indústria. Assim, o componente autônomo de crescimento da indústria também guarda forte relação com as exportações, já que, analogamente, está na dependência da taxa de crescimento mundial e dos níveis de salário existentes em outros países do globo.

Um exemplo do impacto da demanda efetiva na indústria pode ser visto no trabalho de Vergnhanini e Onoda (2022). Os autores analisaram o Brasil no período de 2000 a 2020 e partiram da premissa de que o comportamento da demanda doméstica foi determinante para explicar as alterações da participação relativa manufatureira no período. Observou-se que a indústria manufatureira no Brasil evoluiu positivamente nos períodos de crescimento da demanda, apesar de vazamentos para o exterior, e negativamente nos momentos de mau desempenho da demanda doméstica. Morceiro (2012), contudo, afirma não ter havido investimento industrial em escala suficiente para atender grande parte da demanda, que incluía melhorias nos segmentos de infraestrutura durante o período de 2000 a 2011. Essa falta de capacidade de ampliação da produção industrial fez com que houvesse vazamentos de renda para fora, isto é, maior busca em direção aos importados. Para esse e diversos outros autores, a principal variável que explica o crescimento econômico do período é o consumo das famílias.

Para encerrar este item do artigo, podemos pensar no interesse marginal dos demandantes com relação à aquisição de industrializados. Kollmeyer (2009) ressalta que, ao contrário dos serviços os quais praticamente se exaurem no ato do consumo, os manufaturados são mais perenes e, portanto, sucessivas compras do mesmo bem acabam por se tornar redundantes. Logo, podemos inferir que, paulatinamente, a indústria irá perder sua participação na economia.

3.8. Impostos

Embora não haja na literatura consultada uma teoria bem fundamentada em relação aos impactos decorrentes dos impostos, de modo setorial, na indústria, sua discussão é relevante por conta do grande debate presente na imprensa, logo, na sociedade (na opinião pública). Para auxiliar a análise, temos como ponto de partida que uma das avaliações mais tradicionais é a de que impostos causam a “perda de peso morto”. A premissa diz que ao se tributar um bem impede-se que as negociações ocorram em um ponto de equilíbrio baseado nas forças de demanda e oferta. Ainda que o órgão público tributador devolvesse de alguma maneira os valores pagos, estes não preencheriam completamente os espaços criados em comparação a um mercado funcionando sozinho com alocação eficiente de recursos.

Nesse sentido, há na literatura críticas em relação aos tributos como fontes de restrição à industrialização. Por exemplo, ao estudar o Reino Unido, Bacon e Eltis (1976) observaram que a indústria sofreria um estrangulamento por conta de uma forte alocação de recursos em direção aos serviços públicos. Esse redirecionamento pressionaria os impostos de modo a que eles se tornassem demasiadamente elevados na intenção de sustentar os gastos governamentais. Por consequência, as empresas não ficariam capitalizadas o suficiente para realizarem novos investimentos.

Contudo, em alguns países em desenvolvimento, a tributação direta sobre os produtores pode ser a melhor opção de arrecadação, dado o elevado nível de informalidade. Para ilustrar, Hamid e Khan (2015) mostram que o Paquistão tem enfrentado um problema crônico de baixa arrecadação de impostos em relação ao PIB e uma incapacidade de ampliar sua base tributária. Como é mais fácil arrecadar impostos na manufatura do que em outros setores, o governo tende a impor impostos adicionais à indústria sempre que há pressão para aumentar as receitas fiscais. A isto, acrescenta-se que decisões de investimento são influenciadas pelos retornos após os impostos, o que pode induzir a indústria a diminuir o seu grau de reinvestimento de parte dos resultados apurados.

Também é comum na literatura especializada no tema o argumento acerca da alta carga tributária, que dificulta o ambiente de negócios e acaba por se tornar uma espécie de moeda de troca para as empresas se manterem ou não operando em uma dada localidade. Bluestone (1988) pondera que ao ameaçar se mudar, uma corporação pode “persuadir” uma comunidade a oferecer reduções de impostos e, às vezes, subsídios diretos. Para o autor, as empresas tornaram-se bastante ousadas em suas demandas por um bom ambiente para os negócios. Em 1976, a comunidade empresarial de Massachusetts nos Estados Unidos conseguiu induzir os cidadãos do estado a votar contra o referendo estadual sobre um imposto de renda progressivo, que envolveria taxas de reciclagem, de energia elétrica e tarifas de serviços públicos. A empresa simplesmente exibiu anúncios em jornais sugerindo que tal legislação sinalizaria um “mau clima de negócios” e, portanto, levaria ao desinvestimento corporativo destruidor de empregos.

Finalmente, é preciso comentarmos que a desoneração tributária pode funcionar ou não, a depender do contexto e do cenário econômico. Por exemplo, Bluestone (1988) observou que os cortes de tributos propostos pelo presidente Kennedy pareciam funcionar nos anos 1960, quando a taxa de desemprego caiu para menos de 4%. Contudo, nos anos 1970, os mesmos programas falharam em trazer qualquer tipo de melhoria. Já no Brasil, segundo Cano (2012), a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), no início dos anos 2010, para alguns setores como vestuários, calçados e veículos, causou efeitos positivos sobre a demanda de manufaturados. Porém, admite-se que foram medidas insuficientes frente às necessidades conjunturais e estruturais do país.

3.9. Outras fontes de desindustrialização

Vimos até aqui as várias causas da desindustrialização e, nesse sentido, é de se pressupor que essas não se limitam somente às variáveis econômicas enumeradas anteriormente. Podemos pensar, inclusive, que há variáveis de difícil mensuração, até mesmo incomuns na literatura, consideradas extraeconômicas.

Ainda no campo dos fatores econômicos, uma possível causa a ser mencionada é a compressão dos lucros dos empresários. Lewis (1954) argumentou que, para uma região se desenvolver economicamente, os empresários devem direcionar seus investimentos a partir dos lucros apurados. Há autores que sustentam que um crescimento baseado em *wage-led* (liderado pelos salários) pode levar a um *profit-squeeze* (compressão dos lucros), como pode ser visto em Bhaduri (2007), gerando inclusive desindustrialização.

Há também a desindustrialização por ordem estatística. Isto decorre de uma reclassificação das atividades consideradas industriais (ROWTHORN; COUTTS, 2004) ou em nível metodológico, como observado por Morceiro (2012; 2018; 2021). Neste caso, e devido às diferentes metodologias assumidas pelos institutos de pesquisas, algumas séries históricas podem divergir entre si até quando relacionadas a um mesmo ano.

Já Tregenna (2016) levanta a questão da existência de políticas industriais indesejáveis como, por exemplo, o caso do Chile durante o período ditatorial. Podemos pensar que não é incomum, sobretudo na América Latina, a disputa política por elites locais que, baseadas no poder financeiro decorrente de exportações de produtos primários, não nutrem interesse especial pelo avanço do processo de industrialização.

Outro fator extraeconômico que pode impactar na manufatura consiste nos conflitos bélicos. As guerras destroem infraestruturas industriais, ao mesmo tempo em que podem fortalecer determinadas indústrias. Na Segunda Guerra Mundial vimos a destruição de Nagasaki, no Japão, e de sua indústria naval por bomba atômica norte-americana. Por outro lado, observamos nesse mesmo período o desenvolvimento no Brasil da sua indústria exportadora de produtos têxteis e de outros bens feitos a partir da borracha. Contudo, findada a guerra, houve forte reinvestimento de recuperação industrial de alguns países europeus e do Japão. Em contrapartida, alguns países que se beneficiaram no momento do conflito se desindustrializaram logo em seguida.

Não obstante, a lista de fatores que causam a desindustrialização não se esgota aqui, já que nossa intenção neste artigo foi o de discutir as principais causas do fenômeno que são frequentemente mencionadas, seja na literatura, seja no noticiário econômico.

Comentários finais

Este estudo se propôs a fazer uma síntese do estado da arte acerca do conceito de desindustrialização, com foco nas suas principais causas e debates à luz da bibliografia especializada no tema. Nesta seção final, tecemos algumas críticas e outras considerações gerais, lembrando que o termo desindustrialização, embora utilizado mais frequentemente na atualidade, designa problemas recorrentes e observáveis ao longo da história do capitalismo. Além disso, o termo tem várias definições e as mais conhecidas designam uma redução da participação do emprego e do valor adicionado manufatureiros em relação aos seus respectivos totais na economia. A partir das mais variadas definições conceituais, são realizados estudos que nem sempre são comparáveis, em virtude de problemas de endogeneidade, causalidade reversa e diferentes métricas utilizadas. Como vimos, enquanto um autor diagnostica uma região como desindustrializada a valores nominais, outro, utilizando o mesmo conjunto de dados, pode não chegar a essa mesma conclusão ao trabalhar com valores constantes.

Com respeito às causas da desindustrialização, não há uma variável de destaque que seja determinante. O mais comum entre os pesquisadores é que um conjunto de fatores seja identificado e avaliado em termos de impactos na indústria de um país. Ademais, pode ser que algumas causas sejam ativas em certos países e em outros não. Ou seja, os determinantes da desindustrialização de um país depende do seu nível de renda, grau de desenvolvimento, interação com os demais países, situação política, dentre outros fatores. Por exemplo, enquanto a abertura comercial não afeta significativamente um país desenvolvido, pode ser fatal para a indústria de um país localizado em alguma região marcada por um baixo nível de renda.

Acerca das causas da desindustrialização, observou-se que o câmbio real impacta na indústria de modo que, quando sobrevalorizado, dificulta a competitividade no exterior e atrai importações para o mercado nacional, levando a manufatura doméstica à resultados menos promissores. Contudo, é de se pensar que o câmbio apreciado também barateia os insumos importados e eleva o rendimento real da população assalariada. Assim, visto por outro ângulo, sua depreciação poderia trazer consequências produtivas e sociais negativas para a própria indústria (e vamos lembrar que a indústria é heterogênea em termos de insumos e também depende da apreciação do salário real). Talvez uma saída seria imaginar que o câmbio real pode ter um nível ótimo frente à lucratividade da manufatura. Nesse sentido, sua curva de valores teria a forma de um U invertido, onde ultrapassado o seu ótimo de depreciação, a economia como um todo poderia sofrer os efeitos da desindustrialização.

Algo similar pode ser pensado com respeito à noção de “doença holandesa”. Conforme visto, a exportação de uma *commodity* pode sobreapreciar a moeda doméstica em termos reais e, conseqüentemente, desindustrializar o país. Contudo, em países nos quais o nível de desenvolvimento é baixo, a obtenção de recursos externos por meio da venda de *commodities*

configura um *driver* para o processo de industrialização. Ademais, é preciso analisar o tipo de indústria que pode ser impactado, se produtor de *tradables* ou não.

Quanto à abertura comercial, há também padrões de impactos diferentes a depender da heterogeneidade industrial e econômica de cada país. Tudo indica que o principal problema dos países desenvolvidos é a migração de fábricas intensivas em fator trabalho no sentido dos países em desenvolvimento, por conta da competição salarial. Em contrapartida, os países em desenvolvimento se encontram em competição com países em condições similares, incluindo a competição salarial. Pior situação parece ser a dos países que estão construindo sua indústria infante nas quais, por vezes, se exige grandes somas de capitais, incrementos consideráveis em infraestrutura e condições favoráveis de mercado. A observação que temos é a de que, apesar de todo o cenário, os países desenvolvidos se veem em vantagem, afinal, ainda que suas empresas migrem para os países em desenvolvimento, espera-se que em algum momento as receitas obtidas retornem às matrizes nos países de origem das empresas.

No concernente aos impactos da ascensão industrial chinesa, observa-se que a forte expansão global do seu comércio de manufaturados trouxe desafios para os governos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, indistintamente. Conforme observamos, sua indústria é muito dinâmica, o que significa dizer que em um primeiro momento a competitividade surgiu em decorrência dos baixos custos de mão de obra e, atualmente, os ganhos de escala se pautam também pelos avanços tecnológicos. A esse respeito, é preciso considerar os ganhos de acessibilidade social em decorrência do barateamento da tecnologia (celulares e *tablets*, por exemplo), o que, por consequência, pode auxiliar as indústrias nacionais com a elevação da sua produtividade, criação de novos serviços e barateamento de insumos tecnológicos.

Com relação ao impacto do setor de serviços na desindustrialização, Kon (2015) afirma ser um equívoco pensar que a terciarização é um estágio pós-industrial, já que esse aspecto é historicamente anterior a existência da própria indústria. Contudo, vimos que sua expansão/compressão também depende de fatores conjunturais econômicos, como o nível de desenvolvimento regional e seu grau de autonomia, além de relações extraeconômicas.

A elevação da produtividade da mão de obra aparece como uma das principais causas da desindustrialização. Afinal, desde Marx (1890/2013), a indústria confere altos níveis de escala e produção os quais reduzem a necessidade da mão de obra. Em contraste, nem todas as manufaturas conseguem elevar a produtividade dado o tipo específico de atividade econômica. Por vezes, o aumento produtivo pode até tornar a indústria local mais robusta por meio de efeitos de encadeamento para frente e para trás, como indicado por Hirschmann (1961) e Nordhaus (2005).

Vimos também que os investimentos mantêm a competitividade da indústria e, como frisado por Cano (2012), não se deve confundir investimento com capital especulativo e nem com

privatizações. As privatizações são apenas trocas gerenciais de propriedade. E, caso os investimentos sejam procedentes do exterior, deve-se considerar que, em algum momento, os capitais retornam para sua origem, nem que seja em forma de dividendos, além de responderem aos interesses administrativos situados em suas matrizes.

Já a tradição keynesiana assevera que há momentos nos quais a economia pode diminuir sua demanda efetiva, o que gera acúmulo de estoques, podendo levar também a uma crise de superprodução pelo lado da oferta. Deste cenário, pode-se inferir que algumas atividades manufatureiras poderiam se desindustrializar de maneira mais persistente. Em contrapartida, os estímulos baseados em demanda não seriam sustentáveis no longo tempo, pois, como vimos, após adquirir determinados bens, nem sempre os consumidores compram novamente ou, pelo menos, demora-se um pouco até a próxima aquisição.

Os impostos são vistos como “vilões” da indústria e muito criticados pela imprensa especializada em temas econômicos, apesar de revertidos novamente à sociedade. Não obstante os constantes desperdícios de dinheiro público e a concepção da “perda de peso morto”, o retorno pode potencializar as escalas produtivas industriais e facilitar o ambiente de negócios. Ademais, o tipo de política adotada frente à desoneração tributária deve ser muito bem pensada, pois, do contrário, seu resultado pode incentivar guerras fiscais que prejudicam a sociedade como um todo.

Diante do exposto, reiteramos que a desindustrialização detém uma multiplicidade de causas que podem, ou não, atuarem concomitantemente, a julgar também pelas características da economia local/regional e pelos tipos de indústria afetados. Variáveis que impactam num país desindustrializando-o podem atingir com menor intensidade outros que passam pelo mesmo fenômeno. As causas podem não estar exclusivamente vinculadas ao aspecto econômico, podendo ser decorrentes de eventos extraeconômicos e, como vimos, a literatura acerca do assunto é bastante ampla e está longe de ser consensual. Nesses termos, esperamos ter contribuído aqui com um roteiro conceitual que possa auxiliar outros estudos sobre o tema da desindustrialização e suas causas.

Referências bibliográficas

- BACON, R.; ELTIS, W.. Britain's Economic Problem: Too Few Producers. London: Macmillan, 1976.
- BAMPI, R. E. O Processo de Desindustrialização no Brasil: existe relação de causalidade? Dissertação de Mestrado (Profissional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2018.
- BHADURI, A. On the dynamics of profit-led and wage-led growth. Cambridge Journal of Economics, v. 32, n. 1, p. 147-160, 2008.
- DOI: <https://doi.org/10.1093/cje/bem012>
- BLACKABY, F. Report of the Discussion. In: _____. (org.). Economic Policy Papers 2: De-Industrialisation. London: Heinemann Educational Books, Reprinted. pp. 263-268, 1981.

- BLUESTONE, Barry. Deindustrialization and unemployment in America. *The Review of Black Political Economy*, v. 17, n. 2, p. 29-44, 1988.
DOI: [tps://doi.org/10.1007/BF02901](https://doi.org/10.1007/BF02901)
- BONELLI, R.; PESSOA, S.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In: BACHA, Edmar; BOLLE, Monica Baumgarten, coordenadores. *O futuro da indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.45-79, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? Trabalho apresentado ao IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, a ser publicado no livro *Doença Holandesa e Indústria*. Versão de 30 de março de 2008. Disponível em < <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf> >. Acesso em 07/02/2023.
- CAIRNCROSS, A. What is De-industrialisation? In: Frank Blackaby (org). *Economic Policy Papers 2: De-Industrialisation*. London: Heinemann Educational Books, Reprinted. pp. 5-17, 1981.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400006>
- CARVALHO, Laura Barbosa de. *Valsa Brasileira*. São Paulo: Todavia, 2018.
- DASGUPTA, S.; SINGH, A. Manufacturing, services and premature deindustrialization in developing countries: A Kaldorian analysis. In: *Advancing development*. Palgrave Macmillan, London, 2007. p. 435-454.
DOI: https://doi.org/10.1057/9780230801462_23
- FRENKEL, R.; RAPETTI, M. External Fragility or Deindustrialization: What is the Main Threat to Latin American Countries in the 2010s? *World Economic Review* 1, 37–57, 2012.
- GUILLE, B. R. Introduction to Services Industries. *Policy Issues. Technological Forecasting and Social Change* 34, 315-325, 1988.
DOI: [https://doi.org/10.1016/0040-1625\(88\)90002-9](https://doi.org/10.1016/0040-1625(88)90002-9)
- HAMID, N.; KHAN, M. Pakistan: A case of premature deindustrialization? *The Lahore Journal of Economics*, v. 20, p. 107, 2015. Disponível em < https://www.researchgate.net/profile/Maha-Khan-8/publication/333295297_Pakistan_A_Case_of_Premature_Deindustrialization/links/5ce5966892851c4eabb6fa25/Pakistan-A-Case-of-Premature-Deindustrialization.pdf >. Acesso em 07/02/2023.
- HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 37, nº 1 (146), pp. 189-207, janeiro-março, 2017.
DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572016v37n01a10>
- HIRSCHMAN, A. O. *The Strategy o Economic Development*. New Haven: Yale University Press, second printing, 1961.
- IVERSEN, T.; CUSACK, T. R. The causes of welfare state expansion: deindustrialization or globalization? *World Politics*, v. 52, n. 3, p. 313-349, 2000.
DOI: <https://doi.org/10.1017/S0043887100016567>
- KALDOR, N. Comment. In: Frank Blackaby (org). *Economic Policy Papers 2: De-Industrialisation*. London: Heinemann Educational Books, Reprinted. pp. 18-25, 1981.
- KAMITAKE, Y. The Process Of De-Industrialisation In Modern Economic History: Lessons From British Historical Experience. *Hitotsubashi Journal of Economics*, vol. 31, no. 1, pp. 49–59, 1990. Disponível em < <http://www.jstor.org/stable/43295905> >. Acesso em 9/1/2023.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., (1973) 1996.
- KOLLMEYER, C. Explaining deindustrialization: How affluence, productivity growth, and globalization diminish manufacturing employment. *American Journal of Sociology*, v. 114, n. 6, p. 1644-1674, 2009.
- KON, A. *Nova Economia Política dos Serviços*. São Paulo: Perspectiva: CNPq, 2015.

- KUPFER, D. A indústria brasileira após a abertura. In: CASTRO, Ana Célia; LICHA, Antonio; PINTO JR., Helder Queiroz; SABOIA, João, organizadores. Brasil em desenvolvimento: economia, tecnologia e competitividade. Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.201-231, 2005.
- LANDES, D. S. Prometeu Desacorrentado: Transformação Tecnológica E Desenvolvimento Industrial Na Europa Ocidental De 1750 Até Os Dias De Hoje. Tradução: Marisa Rocha Motta. São Paulo: Elsevier Editora Ltda., 2005.
- LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. 1954. Disponível em < <http://la.utexas.edu/users/hcleaver/368/368lewistable.pdf> >. Acesso em 02/02/2023.
- MAIA, B. A. de A. Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014. Economia e Sociedade, v. 29, n. 2 (69), p. 549-579, maio-agosto, 2020.
- DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n2art08>
- MARX, K. Trad. Rubens Enderle. O Capital: Crítica da Economia Política – Livro I. São Paulo: Boitempo editorial, 1ª. Edição, (1890) 2013.
- MIGLIOLI, J. Acumulação de capital e demanda efetiva. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, Ltda., 1981.
- MORCEIRO, P. C. Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- _____. A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica. Tese (Doutorado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- _____. Influência metodológica na desindustrialização brasileira. Revista de Economia Política, vol. 41, nº4, pp.700-722, 2021.
- DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3195>
- NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? Brazilian Journal of Political Economy, vol. 28, nº 1 (109), pp. 72-96, January-March/2008.
- DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572008000100004>
- NORDHAUS, W. D. The sources of the productivity rebound and the manufacturing employment puzzle. NBER. Working Paper 11354. 2005. Disponível em < <https://www.nber.org/papers/w11354> >. Acesso em 27/01/2023.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. Revista de economia Política, vol. 30, número 2, Abril/Junho, 2010.
- DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>
- OREIRO, J. L.; D'AGOSTINI, L. L. M.; GALA, Paulo. Deindustrialization, Economic Complexity and Exchange Rate Overvaluation: the case of Brazil (1998-2017). Researchgate: preprint, 2020. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/348558948_Deindustrialization_economic_complexity_and_exchange_rate_overvaluation_the_case_of_Brazil >. Acesso em 07/02/2023.
- DOI: [10.13133/2037-3643_73.295_3](https://doi.org/10.13133/2037-3643_73.295_3)
- RODRIK, D. Premature Deindustrialization. Journal of Economic Growth 21, 1-33, 2016.
- DOI: [10.1007/s10887-015-9122-3](https://doi.org/10.1007/s10887-015-9122-3)
- ROWTHORN, R.; COUTTS, K. De-industrialisation and the balance of payments in advanced economies. Cambridge Journal of Economics, Volume 28, Issue 5, Pages 767-790, September 2004.
- DOI: <https://doi.org/10.1093/cje/beh034>
- ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. Deindustrialization – Its Causes and Implications. Washington: International Monetary Fund, Economic Issues (10), pp. 1-13, 1997. Disponível em < <https://www.imf.org/external/pubs/ft/issues10/index.htm> >. Acesso em 07/02/2023.
- ROWTHORN, R. E.; WELLS, J. R. De-Industrialization And Foreign Trade. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- LALL, S. Technological capabilities and industrialization. World development, v. 20, n. 2, p. 165-186, 1992.
- DOI: [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(92\)90097-F](https://doi.org/10.1016/0305-750X(92)90097-F)

- SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando, organizadores. Para além da política econômica. São Paulo: Editora Unesp, pp.127-170, 2018.
- SARTI, F.; LAPLANE, M. F. O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: LAPLANE, Mariano Francisco; COUTINHO, Luciano; HIRATUKA, Célio, coordenadores. Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, pp.11-57, 2003.
- SQUEFF, G. C. Desindustrialização: Luzes e Sombras No Debate Brasileiro. Brasília: IPEA, Texto para Discussão 1747, 2012. Disponível em < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1125/1/TD_1747.pdf >. Acesso em 07/02/2023.
- SOARES, C.; TEIXEIRA, A. M.; OREIRO, J. L. Uma análise empírica dos determinantes da desindustrialização no caso brasileiro (1996-2008). In: AZEVEDO, André Filipe Zago; FEIJÓ, Carmem; CORONEL, Daniel Arruda, coordenadores. A desindustrialização Brasileira. São Leopoldo: Editora Unisinos, pp.105-144, 2013.
- SONAGLIO, C. M. Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. In: AZEVEDO, André Filipe Zago; FEIJÓ, Carmem; CORONEL, Daniel Arruda, coordenadores. A desindustrialização Brasileira. São Leopoldo: Editora Unisinos, pp.101-103, 2013.
- SOUZA, N. de J. de. Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Editora Atlas, 1993.
- SPILIMBERGO, A. Deindustrialization and Trade. *Review of International Economics*, 6(3), 450-460, 1998.
DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9396.00117>
- THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED BUSINESS AND FINANCE. Document Reference: ECON-1977-1126, 26-11-1977. Disponível em < <https://www.uio.no/studier/emner/sv/oekonomi/ECON4925/h08/undervisningsmateriale/DutchDisease.pdf> >. Acesso em 13/01/2023.
- TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of economics* 33, pp. 433-466, 2009.
DOI: 10.1093/cje/ben032
- _____. Deindustrialization and premature deindustrialization. *Handbook of alternative theories of economic development*, p. 710-728, 2016.
- _____. Deindustrialisation, structural change and sustainable economic growth. UNU-MERIT, 2015. Disponível em < <https://www.unido.org/api/opentext/documents/download/9928040/unido-file-9928040> >. Acesso em 07/02/2023.
- VELLOSO, J. P. dos R. Ideias para a estratégia industrial e tecnológica. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis, coordenador. A nova estratégia industrial e tecnológica: o Brasil e o novo mundo da III revolução industrial. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, p.5-61, 1990.
- VERGNHANINI, R. O debate sobre a mudança estrutural da economia brasileira nos anos 2000. Dissertação (mestrado) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em < <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2013/Rodrigo%20Vergnhanini.pdf> >. Acesso em 07/02/2023.
- VERGNHANINI, R.; ONODA, S. Desindustrialização brasileira no século XXI: introduzindo o papel da demanda doméstica. *ENEP*, 2022. Disponível em < https://enep.sep.org.br/uploads/1752_1647207655_ARTIGO_ENEP_2022_identificado_pdf_identificado.pdf >. Acesso em 31/01/2023.
- VERÍSSIMO, M. P.; XAVIER, C. L. Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. *Revista de Econ. Contemporânea*, v. 18, n. 2, p. 267-295, mai-ago, 2014.
DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/141598481825>
- VU, K.; HARAGUCHI, N.; AMANN, J. Deindustrialization in developed countries amid accelerated globalization: Patterns, influencers and policy insights. *United Nations Industrial Development*

Organizatio. Department Of Policy, Research And Statistics Working Paper 6/2020. Disponível em < <https://www.unido.org/api/opentext/documents/download/17252722/unido-file-17252722> >. Acesso em 17/01/2023.